



LÍNGUA: DISCUTINDO PRESSUPOSTOS A PARTIR DE TEORIAS MATERIALISTAS

PASINATTO, Rubiamara¹;

Resumo: Na presente investigação partimos da concepção marxista de língua, na qual ela é vista como um elemento vivo, de onde emergem posições ideológicas dos sujeitos nas esferas sociais. Ao se inscrever na ordem sócio-histórica, a língua se dota de valores simbólicos. É na perspectiva social, isto é, das relações sociais, onde efetivamente a língua se torna linguagem. Segundo Bakhtin/Volochinov (2006, p. 93-94) “[...] o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.” Na percepção dos autores, é nas relações de mediação que a linguagem passa a ser simbólica (caráter responsivo da linguagem), sendo o exterior um elemento constitutivo da língua. Dito de outro modo, sem uma situação social interação, as palavras são apenas signos neutros e abstratos e somente ao serem proferidos por alguém, num processo de interação com o outro, assumem uma posição e recebem um sujeito. Assim, o signo é dialético, articulado por laços simbólicos (estruturais e sócio-históricos). Amparado em Bakhtin/Volochinov, Lähteenmäki (2012) observa que a estratificação social e funcional de uma língua tem relação direta com a situação sociopolítica de uma sociedade, isto é, cada grupo social tem um conjunto de formas discursivas para fins de comunicação ideológica. O autor assevera que o objetivo daqueles que dominam (classes dominantes), localizados na superestrutura, é imprimir a própria interpretação ideológica, por meio da língua, da realidade para as demais classes, que estariam na infraestrutura, apresentando-a como “natural” ou “normal”. Diante disso, adentrando as discussões a respeito da língua realizadas no terreno da Análise de Discurso filiada em Michel Pêcheux, trazemos as concepções de língua imaginária e língua fluida. “A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a fluida é a aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas.” (ORLANDI, 1990, p.75). Assim, na perspectiva de língua imaginária não são consideradas a heterogeneidade, o seu funcionamento real e a heteroglossia dos falantes, os quais podem ser mais os menos excluídos de acordo com o modo com que são linguisticamente aparelhados. Já pensar na língua fluida, é admitir que há diferenças de um registro para o outro, de tonalidades subjetivas, de acentos ideológicos e de funcionamentos enunciativos que atendem às necessidades (sociais e éticas) dos sujeitos.

Palavras-Chave: Língua. Sócio-histórica. Superestrutura. Infraestrutura. Língua Imaginária. Língua Fluida.

INTRODUÇÃO

Como efeito inicial queremos dizer que a discussão que propomos neste artigo se trata de um ensaio, cujas reflexões tem sido realizadas no percurso de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). rpsinatto@hotmail.com



(UFRGS). O convite para pensar a respeito da língua a partir de teorias materialistas teve seu ponto provocador nos estudos que realizamos durante a dissertação de mestrado (defendida em 2014), na qual focamos no efeito simbólico do lixo entre os sujeitos que participam do projeto “Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo”², na cidade de Cruz Alta- RS.

Durante as entrevistas, bem como nas cartas³ que serviram como materialidade para organização das sequências discursivas analisadas na dissertação, acompanhamos pedidos de desculpas desses sujeitos por não saberem escrever e/ou falar a língua culta. Como se o fato de não dominarem a Língua Portuguesa padrão, aquela da sintaxe, da morfologia e da fonética, representasse um “delito”. Temos então a recorrência do imaginário de que para usar a língua é preciso fazê-la da forma culta, do contrário, eles estariam “ferindo” um patrimônio do Brasil e, por isso, é preciso pedir desculpas.

Somado a isso, também na coleta do *corpus*, ao serem perguntados sobre as mudanças ocasionadas no trabalho após terem participado de oficinas de qualificação sobre gestão e negociação, organizadas pelas entidades promotoras do Projeto⁴, muitos revelaram não se sentirem aptos a assumir a negociação dos materiais com as empresas recicladoras, mesmo tendo sido capacitados. O motivo indicado era o fato de não terem frequentado a Escola formal, incorrendo em enunciações como: “é difícil pra gente passar de catador para negociador eu não fui na escola”. Neste caso, o sujeito projeta no seu discurso o imaginário de que somente quem tem estudos, isto é, frequentou a Escola, tendo acesso aos conteúdos correspondentes aos interesses das classes dominantes, pode ascender ao papel de negociador. Assim, o fato de não terem a oportunidade de ter estado nos bancos escolares os faz duvidar da própria capacidade de assumir a negociação pelo seu trabalho.

As ilustrações que trouxemos ganharam mais sentido quando passamos a atuar como professora de Língua Portuguesa no ensino público estadual. Diante da prática diária de ensinar a língua materna, não foram e nem são poucos os momentos em que refletimos sobre essas situações e a respeito de qual a contribuição que estamos dando para esse imaginário de língua homogênea, una e sem falhas, que fortalece um processo de exclusão porque não admite as diferentes formas de falar.

² O projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo” é realizado pela Universidade de Cruz Alta, enquanto uma política de instituição comunitária, desde 2010. Conta com a parceria da Administração Pública e com o financiamento dos programas de responsabilidade social da Petrobras.

³ Fazem parte de um sistema de avaliação do Projeto e são enviadas à Petrobras a cada três meses. No caso dos catadores que não sabem escrever, as cartas são ditadas e transcritas pelos monitores do Projeto.



1.1 Ponto de Partida

Antes de pensarmos a respeito da língua é preciso demarcar o terreno em que pretendemos construir este ensaio: o materialismo histórico. Cabe registrarmos que nossa tentativa é apenas de delinear o que implica em se propor a trabalhar com uma teoria materialista. Mas, não há como abordarmos o materialismo sem pensarmos na dialética.

Historicamente, as raízes do pensamento dialético estão nas reflexões de filósofos gregos, os quais começaram a observar a natureza de maneira mais ampla, isto é, de maneira integral, bem como suas conexões. Em Hegel temos a dialética idealista, isto é, aquela voltada às questões do espírito. O filósofo alemão (2003, p. 110) postulava que a dialética é o maior movimento da razão, em que suas aparências absolutas passam de uma para outra. Dito de outro modo, ele acreditava que a razão era o elemento que o fazia chegar ao entendimento do mundo.

Inegavelmente, Hegel abriu os caminhos para as reflexões feitas mais tarde por Marx, o qual se voltou à dialética das relações sociais e econômicas, ou seja, as bases materiais da sociedade, considerando a produção da vida como matéria. Assim, o materialismo proposto por Marx e Engels (1977, p.11) pressupõe que para a realização da vida humana é necessário uma “base material”.

Para contrapor seu método dialético materialista dos estudos feitos por Hegel, Marx afirma que:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem [...]. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento [allgemeinen Bewegungsformen]. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2013, p.83).

Desse modo, o método dialético desenvolvido por Marx, o qual nos interessa neste ensaio, se orienta através da análise das contradições da realidade material, isto é, na práxis que figura como ponto primordial ontológico do ser-homem do homem. Assim como observa



Lukacs (2012, p.72) que o ser social no pensamento marxista “[...] repousa primária e irrevogavelmente na práxis.”

Ainda precisamos assinalar que no bojo da dialética materialista, está o histórico, o que permite vislumbrar o processo de evolução da humanidade em sua totalidade, considerando, dessa forma, suas contradições inerentes e como elas são modificadas ou cristalizadas ao longo do tempo.

Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo para isso, da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil, em suas diferentes fases, como o fundamento de toda a História, apresentando-a em sua ação, enquanto Estado, e explicando, à base disso, todos os diversos produtos teóricos e formas de consciência. (MARX; ENGELS, 1996, p.20).

O que presenciamos na colocação de Marx e Engels é que a intenção não é colocar a História como única ciência, mas sim considerar o caráter histórico na organização dos homens através de sua história.

Diante do exposto, o materialismo histórico dialético representa uma mudança na maneira de ler e interpretar os fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas, como a proposta por Hegel.

Assim, a observação dos fenômenos a partir dessa perspectiva significa considerar que para a realização da vida é necessária uma base material, que a compreensão da existência dos homens implica em apreender os condicionantes históricos e que há sempre um movimento da contradição que é produzido na própria história (dialética).

1.2 Pensando na língua a partir de Bakhtin/Volochinov

Para dar início às reflexões teóricas, partimos das contribuições sobre língua de Bakhtin/Volochinov (2006), as quais estão registradas em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL). Na concepção marxista, a língua é vista como um elemento vivo, a partir do qual emergem posições ideológicas dos sujeitos nas esferas sociais. Ao se inscrever na ordem sócio-histórica, a língua se dota de valores simbólicos. É na perspectiva social, isto é, das relações sociais, onde efetivamente a língua se torna linguagem.

Segundo Bakhtin/Volochinov (2006, p. 93-94) “[...] o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa



forma adquire no contexto.” Na percepção dos autores, é nas relações de mediação que a linguagem passa a ser simbólica (caráter responsivo da linguagem), sendo o exterior um elemento constitutivo da língua. Dito de outro modo, sem uma situação social interação, as palavras são apenas signos neutros e abstratos e somente ao serem proferidos por alguém, num processo de interação com o outro, assumem uma posição e recebem um sujeito. Assim, o signo é dialético, articulado por laços simbólicos (estruturais e sócio-históricos).

Sobre a palavra, Bakhtin/Volochinov (2006, p. 34-35) postulam que ela é um fenômeno ideológico por excelência, devido seu funcionamento dialético. É absorvida por sua função de signo e é o modo mais puro e sensível de relação social. Desse modo, como já dissemos, somente converte-se em signo ideológico, ao incorporar os valores contraditórios dos que a utilizam, isto é, na mediação, refletindo e refratando a ordem do real de formas distintas e até mesmo paradoxais.

Ao abordar acerca do signo linguístico, Bakhtin/Volochinov (2006) mencionam dois tipos de ideologia. A respeito da primeira concepção, Zandwais (2014, p. 53) explica que “[...] a ideologia é tomada como Ciência dos signos [...] que permite compreender a atividade simbólica de representação e de produção dos sentidos nas diferentes esferas da sociedade, [...] remetendo, necessariamente, para relações históricas e dialéticas.” Já a segunda concepção “[...] é tomada como visão de mundo, produzida no cotidiano da vida pelas forças sociais, [...] remete às experiências vivenciadas de modo direto pelos sujeitos, [...] mediatizadas ou interpretadas por meio de sua inscrição em uma ordem simbólico-histórica.” (ZANDWAIS, 2014, p. 53).

Lähteenmäki (2012, p. 96), retomando Voloshinov (1973, p. 90), menciona que a relação entre as ideologias é recíproca em sua natureza, ou seja, se de um lado a ideologia da vida fornece à ideologia propriamente dita os significados ideológicos (matérias-primas), de outro, esta representa influência de retomada da experiência, refletindo na atividade simbólica da vida cotidiana.

Pela perspectiva bakhtiana só está no domínio da ideologia aquilo que ganha um valor social. Assim, podemos dizer que a ideologia é social, já que os seus elementos constitutivos, os signos, são sociais. Além disso, os signos ideológicos refletem e refratam realidades exteriores e neles se confrontam índices de valor contraditórios, ou seja, o “[...] signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 45).

O signo é vivo e dinâmico e serve como instrumento de refração e deformação do ser, tendo em vista que a serviço das classes dominantes tende a ocultar a luta dos índices sociais. Dessa forma, nos parece que não há como separar as questões linguísticas das sociais e



econômicas, já que a língua é a materialidade de que se serve a superestrutura para caracterizar e legitimar seus ordenamentos políticos.

Tamanha a importância da discussão sobre as relações de superestrutura e infraestrutura para os estudos marxistas, que em *MFL*, há um capítulo para abordá-la. Já na abertura da seção Bakhtin/ Volochinov (2006, p. 38) demarca que essa relação está intimamente ligada aos problemas da filosofia da linguagem. O autor chama atenção para a complexidade desse problema:

O problema da relação recíproca entre a infra-estrutura e as superestruturas, problema dos mais complexos e que exige, para sua resolução fecunda [...] a essência deste problema [...] liga-se à questão de saber como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação. (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 2006, p. 40).

É a palavra, enquanto signo ideológico, um dos materiais capazes de orientar o problema segundo a perspectiva bakhtiana, tendo em vista que ela está em todas as relações entre os indivíduos. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.” (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 2006, p.40).

É justamente o que nos traz Lähteenmäki (2012, p. 99-101), que amparado em Volochinov, observa que a estratificação social e funcional de uma língua tem relação direta com a situação sociopolítica de uma sociedade, isto é, cada grupo social tem um conjunto de formas discursivas para fins de comunicação ideológica. O autor assevera que o objetivo daqueles que dominam (classes dominantes), localizados na superestrutura, é imprimir a própria interpretação ideológica, por meio da língua, da realidade para as demais classes, que estariam na infraestrutura, apresentando-a como “natural” ou “normal”.

Para fechar essa breve discussão e abrir a próxima seção queremos nos reportar a Zandwais (2012, p. 181), que ao abordar o mito da homogeneidade da língua, comenta que um sujeito não é somente reconhecido como tal apenas pelo registro cartorial, suas filiações históricas, lugar social que ocupa e de onde enuncia, ele pode ser mais ou menos sujeito pelo código que domina, isto é, a língua. A pesquisadora propõe uma reflexão: “[...] o sujeito de direito, para que seja realmente de direito, precisa ser um sujeito falante capaz de compreender uma língua que deve ser sua, mas que não é bem sua... Como pode ocorrer isso?”.



Diante da perspectiva bakhtiniana então a língua não é homogênea, do contrário seria apenas um abstração científica. Não é monológica e nem individual, tendo em vista que se dá efetivamente a partir da interação, momento em que se inscreve numa ordem sócio-histórica e se dota de valor simbólico. Isso implica em admitir que ela tem uma realidade variável, não é apenas objeto de investigações metacognitivas, pois está sujeita a mudanças de um registro para outro e atende as especificidades sociais e éticas dos sujeitos.

Na sequência, seguimos discutindo sobre a língua, em específico, nos dedicaremos a pontuar sobre as concepções de língua imaginária e língua fluida, por meio de reflexões que têm ganhado espaço entre os analistas de discurso.

1.3 A língua imaginária e a língua fluida: no terreno da Análise de Discurso

Para discutirmos a respeito da língua imaginária e língua fluida, é preciso, primeiramente, pensar sobre dois princípios indispensáveis diante de uma abordagem discursiva: o imaginário e o real. Enquanto o primeiro está ligado a uma ideia de unidade, o segundo está relacionado à dispersão. É por meio da articulação sempre presente e necessária de ambos que além da língua, também funciona o discurso.

Nas palavras de Orlandi (2001, p. 73-74), temos na instância do imaginário do discurso, a nível de representação, a completude, a coerência, o claro e o distinto. Em uma perspectiva antagônica se apresenta o real, que está relacionado à descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falha, o equívoco, a contradição, os quais são constituintes do sujeito e do sentido.

Ao refletir sobre a influência do tupi no português do Brasil, Orlandi (1990, p. 74) faz questionamentos ligados a que língua foi apagada para que tivéssemos a língua nacional e de que língua foi necessário o distanciamento para se chegar na portuguesa. Para responder a essas questões, afirma a importância de esclarecer sobre as concepções de língua imaginária e fluída. “A *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a fluída é a aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas.” (ORLANDI, 1990, p.75, grifo da autora).

Zandwais (2012, p. 188-189) explica que na perspectiva de língua imaginária não são consideradas a heterogeneidade, o seu funcionamento real e a heteroglossia⁵ dos falantes, os

⁵ Na concepção de Voloshinov (1973) e Bakhtin (2006), está ligada a condição de hibridez de toda a língua.



quais podem ser mais os menos excluídos de acordo com o modo com que são linguisticamente aparelhados. Ainda segundo a autora, a língua imaginária, isto é, aquela estável e invariável, serve apenas para estudos metacognitivos, que se torna entendível aos seus falantes, como se fosse estrangeira.

Instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários são os responsáveis por garantirem essa acepção imaginária da língua. Isso, porque contêm a sua sistematização e são os documentos que norteiam o ensino da língua nas escolas.

A escola é apontada por Althusser (1985, p. 77-78) como um aparelho ideológico de Estado (AIE), ou seja, uma instituição que reproduz a ideologia que se encontra na superestrutura. Conforme o autor, o AIE escolar tem papel dominante nas formações capitalistas maduras, substituindo o antigo aparelho ideológico dominante, a Igreja.

Althusser (1985, p.78-81) ressalta que os mecanismos do regime capitalista são encobertos e dissimulados pela escola, que se apresenta como “neutra e desprovida de ideologia”, entretanto, na verdade, acaba por reproduzir as relações de produção e assinalar as diferenças. Dito de outro modo, na escola, são repassados a crianças e jovens, saberes que refletem a ideologia dominante nos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas, fazendo com que esses sujeitos depois de escolarizados entrem no mercado como força de trabalho.

Do ponto de vista da língua materna, em específico, a escola tem servido para determinar, amparada nos instrumentos linguísticos, por meio de um processo avaliativo quase sempre excludente, quem sabe e quem não sabe usá-la. Diante disso, aqueles que não a dominam acabam construindo um imaginário sobre ela, tendo em vista que ao “impor” um modelo único de língua, em nome de uma unidade nacional a Escola não leva em conta a sua heterogeneidade, isto é, a maneira como os sujeitos convivem e se apropriam dela.

Tomamos como exemplo daquilo que vínhamos discutindo um fato explicitado por Dorneles (2011, p. 34-47). A autora relata a respeito de uma catadora, que ao ser chamada para compor a mesa de autoridades durante um evento, enquanto presidente de uma das associações do projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo”, disse que não poderia falar. Ecoa nesse acontecimento, conforme a pesquisadora, o imaginário de língua ideal para usar naquele espaço de fala, no qual pressupõe-se, por se tratar de um evento dentro de uma instituição de ensino superior, que circule a língua culta. Desse modo, o imaginário construído pela catadora a respeito da língua ideal para ser usada no evento, bem como o fato de pressupor não ter o conhecimento linguístico necessário para falar em nome da associação, enquanto presidente, a fez renunciar a vez de fala.



A partir desta ilustração, passamos a discutir a acepção de língua fluida. Para isso, trazemos Zandwais (2012, p. 189), a qual, amparada em Bakhtin/Volochinov, afirma que pensar na perspectiva do real de uma língua implica em mudanças, “[...] de um registro para o outro, de tonalidades subjetivas, de acentos ideológicos e de funcionamentos enunciativos que atendem às necessidades sociais e éticas dos sujeitos [...].”

Cabe destacar que a falha, a incompletude, a contradição e o equívoco, constituintes da língua, somente podem ser visualizados na perspectiva do real da língua. Diante disso, Milner (1987, p. 6), ao abordar o real em oposição ao real tão defendido pelos linguistas, ressalta que “[...] tudo não se diz, pois há um impossível próprio da língua” e Pêcheux (1990, p. 53) corrobora afirmando que um “[...] enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro.” Há desse modo, algo que sempre escapa, ou dito de outro modo, tudo não pode ser sistematizado pela gramática e nem todos os significados podem ser previstos no dicionário, ao contrário da concepção de língua.

Gadet e Pêcheux (2004, p. 52) compartilham da mesma perspectiva de Milner sobre o real da língua, contudo se distanciam quando pela perspectiva do materialismo histórico, no viés político, trazem também o real da história, explicando que o “[...] equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história.” (2004, p. 64).

Assim, recorreremos novamente a Zandwais (2012, p. 190-191), a qual afirma que a língua somente deixará de ser instrumento de alienação no momento em que for levada em conta a questão da diferença, isto é, de que há múltiplas formas de falar a língua materna, constituídos a partir da relação da língua com a exterioridade e de que ela é passível de equívoco e se apresenta como m modo de subjetivação do sujeito.

Nesse sentido, para refletir sobre a língua é preciso levar em consideração as formas de heteroglossia da linguagem, pois a partir disso é possível compreendermos os diferentes modos como os sujeitos se subjetivam diante das circunstâncias vividas e dos lugares sociais e históricos a partir dos quais se reconhecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como efeito de fechamento deste ensaio, o que não significa o esgotamento das discussões, temos que demarcar que pensar em língua na perspectiva materialista é admiti-la



como elemento vivo, que carrega marcas do social, se apresentando como um instrumento de coerção e dominação que está a serviço da superestrutura.

Retomando o que nos trazem Bakhtin/Volochinov em MFL, é nas relações sociais que a língua se torna efetivamente linguagem, passando a ser simbólica. Isso, significa admitir que o externo é constitutivo da língua. Portanto, é a partir de uma situação social de interação que as palavras deixam de ser signos neutros e abstratos, pois passam a ser proferidos por alguém o que implica em uma posição, um sujeito e, inevitavelmente, em contradição (dialética).

Ainda precisamos resgatar que, segundo propõem Bakhtin/Volochinov, o signo é a arena na qual se desenvolve a luta de classes. Então, como já assinalamos, não é possível distanciarmos questões linguísticas das sociais e econômicas e é a língua a materialidade de que se serve a superestrutura para imprimir a sua interpretação ideológica da realidade às demais classes.

Também dentro do viés materialista temos as reflexões que se apresentam sobre língua na Análise de Discurso filiada em Michel Pêcheux. Acompanhamos nos estudos empreendidos por Orlandi duas concepções de língua: a língua imaginária e a língua fluida. A primeira está amparada nos instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários, os quais são os responsáveis por garantirem essa acepção imaginária da língua em que não há heterogeneidade, portanto distante de seu funcionamento real. Já a segunda concepção, aquela que nos interessa, admite que há diferenças de um registro para o outro, de tonalidades subjetivas, de acentos ideológicos e de funcionamentos enunciativos que atendem às necessidades (sociais e éticas) dos sujeitos.

Desse modo, pensar em língua diante de leituras materialistas é vê-la como um elemento que não é uno, que tem relação direta com o exterior e, portanto, que não fica distante de questões sociais, econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. (1918). **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução Walter José Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

DORNELES, E. Discurso sobre a língua e a constituição da língua da escola. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. **Língua, escola e mídia: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias** (Org.). Passo Fundo-RS: Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 34-47.



GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Tradução Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello, Campinas: Pontes, 2004.

HEGEL, Georg. **A Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Vozes, 2003.

LÄHTEENMÄKI, M. **Valentín Volochinov**: signos, ideologias e sentido. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *História das ideias*: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo- RS: UPF, 2012.

LUKACS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1, Vol.1. 13ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Textos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MILNER, J. *O Amor da Língua*. Tradução Ângela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista**: o discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

_____. **Análise de Discurso**. Princípios & Procedimentos. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

VOLOSHINOV, V (1929). **Marxism and the Philosophy os Language**. Translate by Ladislav Matejka & Irwin R. Tituniz. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1973.

ZANDWAIS, A. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: ZANDWAIS, A. (Org.). **História das ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo-RS: UPF, 2012, p. 175-191.

_____. Contribuições de teorias de vertente marxista para os estudos da linguagem. In: **Conexão Letras**: Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. vol. 9, n. 12. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, p. 51-74.